

Armadilhas ameaçam economia

● Várias pendências na Justiça põem em risco a estabilidade de caixa do governo

Consuelo Dieguez

A atual equipe econômica tem pela frente a árdua tarefa de desmontar uma *bomba-relógio* armada pela equipe anterior na tentativa de conter a inflação. Nos próximos meses, além dos embates com o judiciário provocados pelos vários questionamentos que vêm sendo feitos na Justiça em relação à constitucionalidade das medidas dos Planos Collor I e II e pela lei do Imposto de Renda votada pelo Congresso, o governo estará às voltas para amenizar os efeitos da liberação dos cruzados novos sobre a inflação. Terá ainda de ter muita agilidade para contornar as distorções provocadas pela TR, que se transformou em um indexador informal, pressionando ainda mais os preços.

A equipe econômica herdou ainda uma das piores fases previstas pelo Plano Collor II — a liberação dos preços congelados — que sempre impactam a inflação. O controle dos preços fica mais difícil porque um dos poucos mecanismos de retirada de dinheiro em circulação da economia deixados pela equipe anterior, os Fundos de Aplicação Financeira, não conseguem atrair a atenção do investidor, o que dificulta a colocação de títulos públicos no mercado. Outro risco enfrentado pelo governo é o questionamento sobre a correção pela TR das parcelas vincendas do imposto a pagar.

“Se o governo perder essa questão na Justiça, enfrentará sérios problemas de caixa”, alerta o deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ). Para ele, o governo tem que se antecipar à definição de algum mecanismo de correção das parcelas, já que a TR é entendida como taxa de juros e não como índice de preços. Caso a Justiça dê ganho de causa às ações movidas pelos contribuintes, o Executivo corre o risco

de ter que receber o imposto sem qualquer correção o que, segundo Dornelles, poderá provocar um déficit nas contas públicas. A 3ª Vara de Justiça Federal do Rio, por exemplo, já concedeu liminar suspendendo a correção das parcelas do IR a pagar pela TRD.

Indexação — Mas a questão da TR é ainda mais complexa. Um estudo do economista Francisco de Assis Moura de Mello, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibamec) demonstra que ao tentar desindexar a economia, acabando com os indexadores formais, o governo acabou criando um indexador informal muito mais danoso ao índice de preços.

“Os serviços de médicos e dentistas assim como alguns contratos e prestações estão tomando por base a TR. Isto significa um impacto muito maior sobre o índice de preços, já que a TR embute, além da taxa da inflação, uma taxa de juros”, alerta Mello, com a autoridade de quem conhece os índices de preços, já que ele foi o *pai* do INPC, quando trabalhava no

IBGE. Ele aponta ainda outra distorção na TR: a sua fixação arbitrária pelo Banco Central.

O deputado César Maia (PMDB RJ) também não esconde sua preocupação com as “bombas de efeito retardado” que explodirão nas mãos do ministro Marcílio Marques Moreira e de seus auxiliares. Para o deputado, junto com a liberação dos cruzados, os preços serão pressionados ainda mais pelo reajuste dos aluguéis e de salários em setembro. “Os preços da economia estão muito represados e isto representa um grande risco”, alerta. Nos encontros que vêm tendo com empresários ele detectou que a indústria está cobrando uma taxa de 23% a 25% nas compras pagas com prazo de 30 dias. “Esta diferença entre o que a indústria está cobrando nas vendas a prazo e a TR é o que os empresários acreditam que seja a inflação reprimida”, conta.

Outra preocupação do parlamentar é com os efeitos da TR sobre o crédito rural e o crédito habitacional. Com a suspensão da cobrança da TR sobre essas cobranças, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal — os principais financiadores dessas modalidades de crédito — estão enfrentando problemas graves, segundo o deputado. “Não é possível para essas duas instituições captarem no curto prazo pagando uma taxa de 9,40%, que é a TR desse mês, e serem restituídos em seus créditos por uma taxa bem abaixo da de mercado. Não há banco que resista”, diz. Para César Maia, os efeitos dessa “situação explosiva”, serão sentidos nos próximos meses. Ele acredita que o governo terá que fazer um forte reforço nos caixas dessas instituições para compensar as suas perdas, o que pode provocar um déficit no caixa do Tesouro.

Preocupação — O diretor da escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas, Sérgio Verlang, também não esconde sua preocupação com as consequências das medidas adotadas pela equipe econômica anterior. “Em primeiro lugar o ministro Marcílio Moreira deveria ter avisado que não tem nada a ver com essa confusão criada pela equipe passada”, opina. O maior temor de Verlang, no entanto, é com a dificuldade que o BC está tendo de fazer política monetária em função da TR e da rigidez da composição da carteira dos fundos. “O Banco Central fixa a TR no início do mês e depois fica de mão amarrada, pois não pode elevar a taxa. Em uma situação de emergência, ele terá grandes dificuldades de colocar os seus títulos no mercado, já que as taxas estão muito baixas”, analisa.

A composição dos *fundos* também pode trazer problemas ao BC, já que o mercado não está comprando os títulos públicos e o único canal hoje existente para receber estes papéis são os *fundos*. “O governo terá que mudar essa lei da TR. A nova equipe terá muita dificuldade de operar com essa taxa”, explica.

